

Phoenix Tower Participações S.A. e Controladas

Demonstrações Financeiras Individuais e
Consolidadas Referentes ao Exercício
Findo em 31 de Dezembro de 2016 e
Relatório dos Auditores Independentes
sobre as Demonstrações Financeiras

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da
Phoenix Tower Participações S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Phoenix Tower Participações S.A. e controladas ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Phoenix Tower Participações S.A. e controladas em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 225.000 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.


Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 6 de março de 2017


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8


Renato Vieira Lima
Contador
CRC nº 1 SP 257330/O-5

PHOENIX TOWER PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015

(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado		PASSIVO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015			31/12/2016	31/12/2015		
			(Reapresentado)		(Reapresentado)			(Reapresentado)		(Reapresentado)	
CIRCULANTE						CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	3	41.029	159	41.147	5.688	Empréstimos	9	12.077	-	12.004	-
Escrow Account JP Morgan	4	9.474	57.550	9.474	57.550	Fornecedores	10	2.226	405	19.096	6.831
Escrow Account IFC	4	2.456	-	2.456	-	Aluguéis a pagar	11	2.146	213	2.632	2.070
Contas a receber de clientes	5	9.797	735	11.621	11.104	Obrigações tributárias	12	1.243	332	1.772	3.280
Dividendos a receber		-	4.873	-	-	Obrigações trabalhistas		5.138	220	5.138	1.018
Impostos a recuperar		2.880	74	3.313	527	Dividendos a pagar	16.3	4.672	454	4.672	454
Outros ativos		1.132	420	1.323	1.068	Outros passivos		28	601	28	949
Total do ativo circulante		66.768	63.811	69.334	75.937	Total do passivo circulante		27.530	2.225	45.342	14.602
NÃO CIRCULANTE						NÃO CIRCULANTE					
Contas a receber de clientes	5	359	-	1.030	-	Empréstimos	9	68.793	-	68.198	-
Depósitos judiciais		25	-	382	354	Empréstimos - partes relacionadas	20	-	35.340	-	17.617
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8	4.226	2.564	4.226	2.564	Escrow Account JP Morgan	4	8.905	57.550	8.905	57.550
Partes relacionadas	20	-	120	-	-	Provisão para desmobilização de ativos	7.3	2.725	-	3.039	2.292
Investimentos	6	423.527	475.562	-	-	Provisão para riscos cíveis e trabalhistas	14	132	-	132	977
Imobilizado	7	106.455	5.666	187.671	113.697	Receita diferida	15	5.021	-	6.304	4.261
Intangível	8	219.730	234.795	577.261	592.150	Total do passivo não circulante		85.576	92.890	86.578	82.697
Total do ativo não circulante		754.322	718.707	770.570	708.765	PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
						Capital social	16.2	694.784	686.251	694.784	686.251
						Reservas de lucros		13.200	1.152	13.200	1.152
						Total do patrimônio líquido		707.984	687.403	707.984	687.403
TOTAL DO ATIVO		821.090	782.518	839.904	784.702	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		821.090	782.518	839.904	784.702

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PHOENIX TOWER PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	17	63.336	2.167	100.584	42.380
Custo das locações	18	(20.458)	(10.022)	(33.979)	(23.498)
LUCRO (PREJUÍZO) BRUTO		<u>42.878</u>	<u>(7.855)</u>	<u>66.605</u>	<u>18.882</u>
DESPESAS OPERACIONAIS					
Gerais e administrativas	18	(35.336)	(3.498)	(42.074)	(6.982)
Outras receitas e despesas não operacionais		(1.104)	(935)	(1.135)	(1.276)
Resultado de equivalência patrimonial	6	10.549	18.050	-	-
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		<u>16.987</u>	<u>5.762</u>	<u>23.396</u>	<u>10.624</u>
Despesas financeiras	19	(11.949)	(6.418)	(12.063)	(6.645)
Receitas financeiras	19	11.365	1	11.413	413
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>16.403</u>	<u>(655)</u>	<u>22.746</u>	<u>4.392</u>
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL					
Correntes	13	-	-	(6.343)	(5.047)
Diferidos		1.662	2.564	1.662	2.564
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		<u>18.065</u>	<u>1.909</u>	<u>18.065</u>	<u>1.909</u>
QUANTIDADE MÉDIA PONDERADA DE AÇÕES		<u>694.784.136</u>	<u>392.949.086</u>		
LUCRO (PREJUÍZO) POR AÇÃO - R\$		<u>0,026001</u>	<u>0,004858</u>		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PHOENIX TOWER PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	18.065	1.909	18.065	1.909
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	<u>18.065</u>	<u>1.909</u>	<u>18.065</u>	<u>1.909</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PHOENIX TOWER PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015
 (Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital social	Reservas de lucros		Lucros (prejuízos) acumulados	Total do patrimônio líquido
			Reserva legal	Reserva de retenção de lucros		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 (NÃO AUDITADO)		1	-	-	(303)	(302)
Aumento de capital	16.2	686.250	-	-	-	686.250
Lucro líquido do exercício		-	-	-	1.909	1.909
Reserva legal		-	95	-	(95)	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	(454)	(454)
Reserva de retenção de lucros		-	-	1.057	(1.057)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015		686.251	95	1.057	-	687.403
Aumento de capital	16.2	8.533	-	-	-	8.533
Lucro líquido do exercício		-	-	-	18.065	18.065
Reserva legal		-	903	-	(903)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	16.3	-	-	-	(4.290)	(4.290)
Distribuição de dividendos	16.3	-	-	(1.727)	-	(1.727)
Reserva de retenção de lucros		-	-	12.872	(12.872)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016		694.784	998	12.202	-	707.984

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PHOENIX TOWER PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015

(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		16.403	(655)	22.746	4.392
Ajustes para reconciliar o lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:					
Valor residual das baixas do ativo imobilizado		621	-	815	1.218
Depreciação e amortização	7 e 8	18.403	9.196	20.472	10.323
Juros e variação cambial de empréstimos	19	1.511	6.099	1.511	6.099
Provisão para linearização da receita	17	193	-	2.043	1.916
Provisão para devedores duvidosos	5	4.246	-	4.246	-
Provisão para desmobilização de ativos		271	-	747	-
Provisão (reversão) para riscos cíveis e trabalhistas	14	107	-	(845)	-
Resultado de equivalência patrimonial	6	(10.549)	(18.050)	-	-
Outros		1.088	-	928	-
(Aumento) redução de ativos operacionais:					
Contas a receber de clientes		(3.345)	(735)	(5.793)	(11.104)
Impostos a recuperar		(2.734)	(2.582)	(2.786)	(3.091)
Escrow Account IFC		(2.456)	-	(2.456)	-
Outros ativos		577	(262)	(283)	(774)
Aumento (redução) de passivos operacionais:					
Fornecedores e aluguéis a pagar		(1.397)	132	12.827	6.039
Obrigações tributárias		(1.687)	331	944	3.280
Obrigações trabalhistas		4.125	57	4.120	1.018
Outros passivos		(1.531)	602	(1.490)	657
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	-	(8.795)	(3.727)
Juros pagos - empréstimos	9	(1.563)	-	(1.563)	-
Fees pagos - empréstimos		(1.852)	-	(2.520)	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		<u>20.431</u>	<u>(5.867)</u>	<u>44.868</u>	<u>16.246</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Aquisição de investimento		(22.410)	(684.570)	-	(684.570)
Aquisição de imobilizado ou intangível	7 e 8	(29.461)	(23.398)	(80.372)	(23.756)
Dividendos pagos		(1.799)	-	(1.799)	-
Dividendos recebidos		510	-	-	-
Caixa na incorporação de controladas		4.504	-	-	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		<u>(48.656)</u>	<u>(707.968)</u>	<u>(82.171)</u>	<u>(708.326)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Aumento de capital	16.2	8.533	686.250	8.533	686.250
Partes relacionadas		(3.237)	26.290	-	11.518
Pagamento de empréstimo - partes relacionadas (principal)		(16.201)	-	(15.771)	-
Captação de empréstimos	9	<u>80.000</u>	-	<u>80.000</u>	-
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		<u>69.095</u>	<u>712.540</u>	<u>72.762</u>	<u>697.768</u>
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>40.870</u>	<u>(1.295)</u>	<u>35.459</u>	<u>5.688</u>
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA					
No início do exercício		159	1.454	5.688	-
No fim do exercício		41.029	159	41.147	5.688
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>40.870</u>	<u>(1.295)</u>	<u>35.459</u>	<u>5.688</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PHOENIX TOWER PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Phoenix Tower Participações S.A. ("Companhia"), constituída em 9 de maio de 2014, é uma sociedade por ações de capital fechado, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Engenheiro Luis Carlos Berrini, 105, 32º andar. Cond. Berrini One, Itaim Bibi. A Companhia e suas controladas têm como atividade preponderante a cessão de uso de infraestrutura compartilhada ("sites"), que compreende torres de telecomunicações e respectiva infraestrutura, a operadoras de telecomunicações. Os sites são instalados em imóveis de terceiros - terrenos ("greenfield") ou topos de prédios ("rooftops"), os quais são alugados pela Companhia e suas controladas. A Companhia, por sua vez, é controlada pela Brazilian Tower - Fundo de Investimento em Participações e tem como controlador final o Blackstone Group, companhia de "private equity".

Em 31 de dezembro de 2016, os sites mantidos pela Companhia e suas controladas são os seguintes:

	<u>Quantidade</u>
Sites em operação	892
Sites em construção	<u>28</u>
Total	<u>920</u>

Aquisição da Phoenix Tower do Brasil Participações S.A.

Em 8 de junho de 2015, a Companhia adquiriu integralmente a empresa Phoenix Tower Brasil Participações S.A. ("PTB") (anteriormente T4U Holding Brasil Ltda.).

Pela aquisição de 100% do capital votante e total da T4U Holding Brasil Ltda., a Companhia desembolsou, nos termos do Acordo de Compra de Ações celebrado com os antigos cotistas, o montante total de R\$658.783, considerando preço principal, pagamento de "catch up" e ajustes, conforme definido no referido acordo.

Preço-base de compra	669.987
Outros custos incorridos para pagamento do preço-base de compra	1.665
Ajuste de preço referente ao pagamento de empréstimos em aberto	(26.758)
Ajuste de preço referente a acerto/movimentação de saldos patrimoniais	<u>13.889</u>
Preço pago na aquisição da T4U Holding Brasil Ltda. aos cotistas	<u>658.783</u>

Em 3 de agosto de 2015, a Companhia contratou a KPMG Corporate Finance para preparação do "Purchase Price Allocation - PPA", que indicou a seguinte alocação de preço:

Preço de aquisição	658.783
Ajustes de "equity"	(13.549)
Patrimônio Líquido	<u>(41.967)</u>
Valor a ser alocado	<u>603.267</u>
Ativos intangíveis - contratos de clientes (a)	240.525
Ativo imobilizado - valor justo das torres (b)	5.845
Ágio de rentabilidade futura (c)	356.897

- (a) O ativo intangível alocado refere-se a contratos de aluguel das torres vigentes na data-base de aquisição, projetado pelo fluxo de caixa a ser gerado. A vida útil foi baseada no período de vigência remanescente dos contratos, sendo de 16 anos.
- (b) Refere-se a diferença entre o valor contábil das torres em 31 de maio de 2015 no montante de R\$75.117 e o valor justo avaliado pela KPMG Corporate Finance no montante de R\$80.962. O prazo de amortização foi determinado pela vida útil remanescente das torres avaliadas, indicando um prazo de 16 anos.
- (c) O ágio de rentabilidade futura ("goodwill") corresponde à capacidade de geração de lucros que não pode ser atribuída a um item patrimonial específico passível de negociação individual. A Administração entende que o ágio é justificado pela renovação de contratos após seu término e pelo aumento de novos clientes dada a capacidade ociosa das torres.

Incorporação da PTB

Em 30 de dezembro de 2015, em Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovada a incorporação da PTB pela Companhia. O laudo de avaliação contábil foi preparado pela empresa Partnership Auditores Independentes S/S, o qual indica que o montante global do patrimônio líquido da PTB, a valor contábil, na data-base 31 de dezembro de 2015, a ser vertido na Companhia, é de R\$85.804.

Foi incorporado o seguinte acervo líquido:

Disponibilidades	44
Adiantamentos diversos	22
Impostos a recuperar	56
Dividendos a receber	4.873
Mutuo - partes relacionadas	120
Participações societárias	94.556
Intangível	23
Total do ativo incorporado	<u>99.694</u>
Contas a pagar	15
Aluguéis a pagar	3
Distribuição de dividendos	13.549
Impostos a recolher	5
Obrigações trabalhistas/previdenciárias	163
Partes relacionadas	155
Total do passivo incorporado	<u>13.890</u>
Total do acervo líquido	<u>85.804</u>

2. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

A Companhia e suas controladas atuam em um mesmo ambiente econômico, usando o real (R\$) como moeda funcional, que também é a moeda de apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Adicionalmente, a Companhia e suas controladas não realizam operações significativas em moeda estrangeira.

2.2. Reapresentação das demonstrações financeiras

A Administração da Companhia, com o objetivo de aprimorar o conjunto de suas demonstrações financeiras, revisitou determinadas práticas contábeis utilizadas em 2015 e concluiu pela reapresentação das demonstrações financeiras de forma retrospectiva, conforme prevê o pronunciamento técnico CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro. Como resultado desse processo, ajustes foram identificados e efetuados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015.

Os ajustes não produziram efeito no saldo de caixa e equivalentes de caixa e estão explicados abaixo:

- a) Nas demonstrações financeiras originalmente apresentadas de 31 de dezembro de 2015 o montante de *escrow account*, oriundo da transação de Compra da PTB, vide nota explicativa nº 1, foi apresentado pelo valor líquido entre o saldo do depósito e o contas a pagar por aquisição de empresa, uma vez que a sua utilização está restrita ao pagamento aos antigos acionistas. Em decorrência do ajuste efetuado, em 31 de dezembro de 2015 o saldo de aplicação financeira no ativo circulante e o contas a pagar por aquisição de empresa no passivo circulante foram aumentados em R\$83.947.
- b) Nas demonstrações financeiras originalmente apresentadas de 31 de dezembro de 2015, o montante R\$5.662 referente a diferença entre o valor contábil e o valor justo das torres, conforme nota explicativa nº1, foi apresentado na rubrica de "Intangível". Em decorrência do ajuste efetuado, em 31 de dezembro de 2015 o saldo do ativo imobilizado foi aumentado em R\$5.662 e o saldo do ativo intangível foi reduzido em R\$5.662.

Os saldos em 01 de janeiro de 2015 não foram impactados pelos ajustes supracitados, uma vez que a transação que originou referidos ajustes ocorreu em 8 de junho de 2015. Portanto, não foram reapresentados os saldos de 01 de janeiro de 2015. Adicionalmente, referidos ajustes não apresentaram efeitos em contas do resultado, portanto, não foram reapresentadas as demonstrações do resultado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

Nos quadros a seguir estão detalhados os efeitos dessas alterações nos balanços patrimoniais (controladora e consolidado) em 31 de dezembro de 2015.

ATIVO	Controladora			Consolidado		
	Originalmente apresentados	Ajustes	Reapresentado	Originalmente apresentados	Ajustes	Reapresentado
CIRCULANTE						
Caixa e equivalentes de caixa	159	-	159	5.688	-	5.688
Aplicação financeira	-	83.947	83.947	-	83.947	83.947
Contas a receber de clientes	735	-	735	11.104	-	11.104
Dividendos a receber	4.873	-	4.873	-	-	-
Impostos a recuperar	74	-	74	527	-	527
Outros ativos	236	-	236	1.068	-	1.068
Total do ativo circulante	<u>6.077</u>	<u>83.947</u>	<u>90.024</u>	<u>18.387</u>	<u>83.947</u>	<u>102.334</u>
NÃO CIRCULANTE						
Depósitos judiciais	-	-	-	354	-	354
Imposto de renda e contribuição social diferidos	2.564	-	2.564	2.564	-	2.564
Partes relacionadas	120	-	120	-	-	-
Investimentos	475.562	-	475.562	-	-	-
Imobilizado	4	5.662	5.666	108.035	5.662	113.697
Intangível	240.641	(5.662)	234.979	597.812	(5.662)	592.150
Total do ativo não circulante	<u>718.891</u>	<u>-</u>	<u>718.891</u>	<u>708.765</u>	<u>-</u>	<u>708.765</u>
TOTAL DO ATIVO	<u><u>724.968</u></u>	<u><u>83.947</u></u>	<u><u>808.915</u></u>	<u><u>727.152</u></u>	<u><u>83.947</u></u>	<u><u>811.099</u></u>

PASSIVO	Controladora			Consolidado		
	Originalmente apresentados	Ajustes	Reapresentado	Originalmente apresentados	Ajustes	Reapresentado
CIRCULANTE						
Fornecedores	405	-	405	6.831	-	6.831
Aluguéis a pagar	213	-	213	2.070	-	2.070
Contas a pagar por aquisição de empresa	-	83.947	83.947	-	83.947	83.947
Obrigações tributárias	332	-	332	3.280	-	3.280
Obrigações trabalhistas	220	-	220	1.018	-	1.018
Dividendos a pagar	454	-	454	454	-	454
Outros passivos	601	-	601	949	-	949
Total do passivo circulante	<u>2.225</u>	<u>83.947</u>	<u>86.172</u>	<u>14.602</u>	<u>83.947</u>	<u>98.549</u>
NÃO CIRCULANTE						
Empréstimos - Partes						
Relacionadas	35.340	-	35.340	17.617	-	17.617
Provisão para desmobilização de ativos	-	-	-	2.292	-	2.292
Provisão para riscos cíveis e trabalhistas	-	-	-	977	-	977
Receita diferida	-	-	-	4.261	-	4.261
Total do passivo não circulante	<u>35.340</u>	<u>-</u>	<u>35.340</u>	<u>25.147</u>	<u>-</u>	<u>25.147</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
Capital social	686.251	-	686.251	686.251	-	686.251
Lucros acumulados	-	-	-	-	-	-
Reserva de lucros	1.152	-	1.152	1.152	-	1.152
Total do patrimônio líquido	<u>687.403</u>	<u>-</u>	<u>687.403</u>	<u>687.403</u>	<u>-</u>	<u>687.403</u>
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	<u>724.968</u>	<u>83.947</u>	<u>808.915</u>	<u>727.152</u>	<u>83.947</u>	<u>811.099</u>

2.3. Consolidação

Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações da Companhia e de suas controladas. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as controladas e a Companhia são eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas, sendo destacada a participação dos acionistas não controladores, se aplicável.

Investimentos em controladas

O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades.

Nesse método, os componentes dos ativos, passivos e resultados são combinados integralmente e o valor patrimonial da participação dos acionistas não controladores é determinado pela aplicação do percentual de participação deles sobre o patrimônio líquido das controladas.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as participações em controladas são reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial.

2.4. Utilização de estimativas e julgamentos

As demonstrações financeiras foram elaboradas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que incluem os pronunciamentos técnicos e as interpretações e orientações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, as quais requerem que a Administração faça estimativas que podem afetar o valor de ativos e passivos reportados, a divulgação de ativos e passivos contingentes nas datas dos balanços e os valores de receitas e despesas reportados para o período coberto. Na elaboração dessas demonstrações financeiras, algumas estimativas foram feitas pela Administração, incluindo a estimativa de vida útil dos bens do ativo imobilizado, a determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos e a provisão para riscos e processos judiciais. Podem ocorrer diferenças entre os resultados atuais e os estimados.

2.5. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa. As contas garantidas são registradas na rubrica "Empréstimos", no passivo circulante.

2.6. Contas a receber de clientes

Registradas pelos valores faturados, deduzidas das provisões para perdas com créditos de liquidação duvidosa. A provisão é constituída sobre recebíveis vencidos, além de contas específicas a receber consideradas não cobráveis, com base na avaliação individual de cada cliente.

Devido ao curto prazo de recebimento das contas a receber de clientes, o ajuste a valor presente não é relevante para efeito de registro e apresentação nas demonstrações financeiras.

2.7. Ativo imobilizado

Apresentado pelo custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada e perda por redução ao valor recuperável, quando aplicável. O custo de aquisição inclui os custos estimados a incorrer na desmobilização de torres e infraestrutura instaladas nos imóveis alugados de terceiros.

Os gastos de manutenção e reparo são registrados no resultado do exercício quando incorridos.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil econômica estimada de cada ativo pelo método linear, como segue:

	<u>Taxa média anual de depreciação - %</u>
Torres de telecomunicações e infraestrutura (sites) e custo de desmobilização	4%
Móveis e utensílios	10%
Máquinas e Equipamentos	10%
Computadores e Periféricos	20%

Os ganhos e as perdas em alienações de ativos imobilizados são apurados comparando-se o valor da venda com o valor contábil residual e são reconhecidos na demonstração do resultado na data de alienação.

2.8. Provisão para desmobilização de ativos

Constituída tendo como base os custos estimados a incorrer na desmobilização de torres instaladas em terrenos ou topos de prédios alugados de terceiros, de forma que seja registrada a melhor estimativa do montante de recursos necessários para restauração das áreas onde esses ativos foram instalados, conforme determina o CPC 27 - Ativo Imobilizado e a ICPC 12 - Mudanças em Passivos por Desativação, Restauração e Outros Passivos Similares. O montante registrado representa o valor presente dos custos nas datas estimadas para desmobilização dos ativos. Alterações subsequentes nas estimativas são reconhecidas no custo de desmobilização no ativo imobilizado.

2.9. Avaliação do valor recuperável de ativos não financeiros (teste de "impairment")

A Administração da Companhia revisa o valor contábil líquido dos ativos não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando essas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

2.10. Tributação

a) Imposto de renda e contribuição social correntes

A Companhia e as suas controladas T4U Brasil Ltda. e Torres do Brasil Ltda. optaram pela tributação do imposto de renda e da contribuição social com base no regime de lucro Real; as empresas T4U RJ Infraestrutura Ltda., T4U SPI Infraestrutura Ltda., T4U SP Infraestrutura Ltda., T4U Norte Infraestrutura Ltda., T4U SUL Infraestrutura Ltda., T4U ND Infraestrutura Ltda., que foram incorporadas em 30 de abril de 2016, também optaram pela tributação do imposto de renda e da contribuição social com base no regime de lucro real. O imposto de renda é computado pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para o valor que exceder R\$240 no período de 12 meses, e a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre esta base de cálculo.

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e contribuição social diferidos são calculados com base nas diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto e da contribuição social sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos são de 15%, acrescido do adicional de 10% para o valor que exceder R\$ 240 no período de 12 meses para o Imposto de Renda e 9% para a Contribuição Social.

O imposto diferido ativo é calculado sobre a diferença temporária da depreciação acelerada dos ativos fixos e intangíveis adquiridos na compra da PTB (vide Nota Explicativa nº1) e sobre a correção monetária dos custos provisionados para desmobilização.

c) Impostos sobre as receitas

As receitas de locação de torres e de infraestrutura estão sujeitas aos impostos e contribuições a seguir:

- Programa de Integração Social - PIS - 1,65%.
- Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS – 7,6%.

Esses encargos são apresentados como deduções da receita operacional bruta na demonstração do resultado.

2.11. Ativos contingentes e provisões para demandas judiciais

Os ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são divulgados em nota explicativa.

As demandas judiciais são provisionadas se as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

As demandas judiciais avaliadas como de perdas possíveis são divulgadas em nota explicativa e as demandas judiciais avaliadas como de perdas remotas não são provisionadas nem divulgadas.

2.12. Reconhecimento de receitas

Os arrendamentos mercantis para os quais a Companhia não transfere substancialmente todos os riscos e benefícios da posse do ativo são registrados como arrendamentos mercantis operacionais. As receitas de locação das torres e de infraestrutura dos arrendamentos mercantis operacionais são reconhecidas de forma linear ao longo do prazo dos contratos de locação, ainda que para estes contratos exista um período de carência para faturamento.

A receita de locação é reconhecida quando seu valor puder ser mensurado com segurança e for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia.

2.13. Lucro por ação

O lucro básico por ação é calculado pela divisão do lucro líquido disponível aos acionistas da Companhia pelo número médio ponderado de ações em aberto durante o exercício. A Companhia não possui instrumentos diluidores que influenciem no cálculo do lucro por ação diluído.

2.14. Combinação de negócios

As aquisições de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. A contrapartida transferida em uma combinação de negócios é mensurada pelo valor justo. Os custos relacionados à aquisição foram reconhecidos no resultado, quando incorridos.

Os ativos adquiridos e os passivos assumidos identificáveis são reconhecidos pelo valor justo na data da aquisição.

O ágio é mensurado como o excesso da soma da contrapartida transferida, do valor das participações não controladoras na adquirida e do valor justo da participação do adquirente anteriormente detida na adquirida sobre os valores líquidos na data de aquisição dos ativos adquiridos e passivos assumidos identificáveis.

Quando a contrapartida transferida pela Companhia em uma combinação de negócios inclui ativos ou passivos resultantes de um acordo de contrapartida contingente, a contrapartida contingente é mensurada pelo valor justo na data de aquisição e incluída na contrapartida transferida em uma combinação de negócios. As variações no valor justo da contrapartida contingente classificadas como ajustes do período de mensuração são ajustadas retroativamente, com correspondentes ajustes no ágio. Os ajustes do período de mensuração correspondem a ajustes resultantes de informações adicionais obtidas durante o período de mensuração (que não poderá ser superior a um ano a partir da data de aquisição) relacionadas a fatos e circunstâncias existentes na data de aquisição.

A contabilização subsequente das variações no valor justo da contrapartida contingente não classificadas como ajustes do período de mensuração é remensurada nas datas dos balanços subsequentes de acordo com a IAS 39 – Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração (equivalente ao CPC 38), ou a IAS 37 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (equivalente ao CPC 25), conforme aplicável, sendo o correspondente ganho ou perda reconhecido no resultado.

Se a contabilização inicial de uma combinação de negócios estiver incompleta no encerramento do período no qual essa combinação ocorreu, a Companhia registra os valores provisórios dos itens cuja contabilização estiver incompleta. Esses valores provisórios são ajustados durante o período de mensuração, ou ativos e passivos adicionais são reconhecidos para refletir as novas informações obtidas relacionadas a fatos e circunstâncias existentes na data de aquisição que, se conhecidos, teriam afetado os valores reconhecidos naquela data.

2.15. Ágio

O ágio resultante de uma combinação de negócios é demonstrado ao custo na data da combinação do negócio, líquido da perda acumulada no valor recuperável, se houver.

Para fins de teste de redução ao valor recuperável, o ágio é alocado para cada uma das unidades geradoras de caixa que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

As unidades geradoras de caixa às quais o ágio foi alocado são submetidas anualmente a teste de redução ao valor recuperável, ou com maior frequência, quando houver indicação de que a unidade poderá apresentar redução ao valor recuperável. Se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for menor que o valor contábil, a perda por redução ao valor recuperável é primeiramente alocada para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado à unidade e, posteriormente, aos outros ativos da unidade, proporcionalmente ao valor contábil de cada um de seus ativos. Qualquer perda por redução ao valor recuperável de ágio é reconhecida diretamente no resultado do exercício. A perda por redução ao valor recuperável não é revertida em exercícios subsequentes.

Quando da alienação da correspondente unidade geradora de caixa, o valor atribuível de ágio é incluído na apuração do lucro ou prejuízo da alienação.

2.16. Normas e interpretações novas e revisadas aplicáveis ao período findo em 31 de dezembro de 2016

Alterações às IFRSs e novas interpretações de aplicação obrigatória a partir do exercício corrente

As normas internacionais de relatório financeiro (IFRSs) novas e revisadas a seguir, em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2016, foram adotadas nas demonstrações financeiras. A adoção dessas IFRSs novas e revisadas, aplicáveis à Companhia, não teve nenhum efeito relevante sobre os valores reportados e/ou divulgados para o período corrente.

Pronunciamento	Descrição
Alterações à IFRS 10, IFRS 12 e IAS 28	Entidades de Investimento: Aplicando a Exceção de Consolidação
Alterações à IFRS 11	Contabilizações de Aquisições de Participações em Operações Conjuntas
Alterações à IAS 1	Iniciativa de Divulgação
Alterações à IAS 16 e IAS 38	Esclarecimento sobre os Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização
Alterações à IAS 16 e IAS 41	Agricultura: Plantas Portadoras
Melhorias Anuais	Ciclo de IFRSs 2012–2014

Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas

Pronunciamento	Descrição
IFRS 9	Instrumentos Financeiros (b)
IFRS 15	Receitas de Contratos com Clientes (b)
IFRS 16	Arrendamentos (c)
Alterações à IFRS 2	Classificação e Mensuração de Transações de Pagamentos Baseados em Ações
Alterações à IFRS 10 e IAS 28	Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou "Joint Venture" (d)
Alterações à IAS 7	Iniciativa de Divulgação (d)
Alterações à IAS 12	Reconhecimento de Impostos Diferidos Ativos para Perdas a Realizar (a)
IFRIC 22	Transações com Adiantamentos em Moedas Estrangeiras (b)
Melhorias Anuais	Ciclo de IFRSs 2014–2016 (a) (b)
Alterações à IAS 40	Transferência de Propriedades de Investimentos (b)

(a) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2017, com adoção antecipada permitida.

(b) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida.

(c) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019, com adoção antecipada permitida.

(d) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após uma data a ser determinada.

A Administração da Companhia ainda não avaliou as novas normas, não sendo possível estimar de forma razoável os eventuais efeitos sobre as demonstrações financeiras antes da conclusão de suas análises.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015 (reapresentado)	31/12/2016	31/12/2015 (reapresentado)
Caixas e bancos	5	115	31	221
Aplicações financeiras (*)	41.024	44	41.116	5.467
Total	41.029	159	41.147	5.688

(*) As aplicações financeiras classificadas como equivalentes de caixa são mantidas para atender aos compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins, visto que a Companhia considera equivalente de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa, sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Tais aplicações financeiras são realizadas substancialmente em Certificados de Depósito Bancário - CDBs, remuneradas a taxas que variam de 97% a 103% do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI, podendo ser resgatadas a qualquer tempo sem prejuízo da sua remuneração.

4. APLICAÇÃO FINANCEIRA

O montante de *escrow account* foi depositado no Banco JP Morgan e aplicados em CDB emitidos pelo Banco, com utilização restrita. Em 31 de dezembro de 2016 o saldo é de R\$9.474 (R\$57.550 em 31 de dezembro de 2015). Os valores aplicados são de utilização restrita ao pagamento do Preço de Compra da PTB. Em 31 de dezembro de 2016 o saldo a pagar por aquisição de empresa, registrado no passivo circulante, é de R\$8.905 (R\$57.550 em 31 de dezembro de 2015).

Em agosto de 2016, com o primeiro saque do empréstimo junto ao IFC, foi criada uma *escrow account* junto ao banco Santander, na qual são controlados todos os recebíveis dos sites dados como garantia. A conta é controlada pelo banco Santander e os valores que nela são depositados são utilizados para pagamento dos juros, fees e principal. Em 31 de dezembro de 2016 o saldo da conta é de R\$ 2.456.

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015 (reapresentado)
<u>Ativo circulante</u>		
Escrow account JP Morgan	9.474	57.550
Escrow account IFC	2.456	-
	<u>11.930</u>	<u>57.550</u>
<u>Passivo circulante</u>		
Escrow Account JP Morgan	<u>8.905</u>	<u>57.550</u>

5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015 (reapresentado)	31/12/2016	31/12/2015 (reapresentado)
Locações a receber	14.447	735	16.234	11.104
Locações a receber (linearização)	398	-	1.145	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(4.689)	-	(4.728)	-
Total	<u>10.156</u>	<u>735</u>	<u>12.651</u>	<u>11.104</u>

De acordo com os contratos celebrados com os clientes, os valores de locação são substancialmente recebidos até o 21º dia do mês subsequente.

O saldo de contas a receber de clientes por vencimento pode ser demonstrado conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015 (reapresentado)	31/12/2016	31/12/2015 (reapresentado)
A vencer	8.965	516	10.079	8.316
Vencidos:				
Até 30 dias	526	143	976	569
De 31 a 180 dias (*)	2.101	76	2.234	1.082
Mais de 180 dias (*)	2.855	-	2.945	1.137
Total	<u>14.447</u>	<u>735</u>	<u>16.234</u>	<u>11.104</u>
Locação a receber (linearização) – circulante	39	-	115	-
Locação a receber (linearização) – não circulante	359	-	1.030	-
Total	<u>398</u>	<u>-</u>	<u>1.145</u>	<u>-</u>

(*) Em 31 de dezembro de 2016 a Companhia reavaliou o saldo do contas a receber vencido acima 31 dias e registrou a provisão para créditos de liquidação duvidosa, em virtude de saldo de contas a receber de operadoras de telecomunicações com pendências administrativas.

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Saldo inicial em 31/12/2015 (reapresentado)	-	-
Constituição de provisão	(4.246)	(4.246)
Transferência de provisão com a incorporação	<u>(443)</u>	<u>(443)</u>
Saldo final em 31/12/2016	<u>(4.689)</u>	<u>(4.728)</u>

6. INVESTIMENTOS

6.1. Composição do saldo

Participação - %	Patrimônio líquido 2016	Lucro líquido do exercício	Equivalência Patrimonial		Saldo de investimento	
			2016	2015 (reapresentado)	2016	2015 (reapresentado)
T4U Brasil Ltda. (a)	99,99	65.633	10.530	-	65.633	118.169
Torres do Brasil Ltda. (a)	99,99	997	19	-	997	286
Phoenix Tower Brasil Participações S.A-PTB (b)	-	-	-	10.549	18.050	-
T4U SPI Infraestrutura Ltda.(c)	-	-	-	-	-	38
T4U SP Infraestrutura Ltda. (c)	-	-	-	-	-	35
T4U SUL Infraestrutura Ltda. (c)	-	-	-	-	-	20
T4U RJ Infraestrutura Ltda. (c)	-	-	-	-	-	44
T4U ND Infraestrutura Ltda. (c)	-	-	-	-	-	25
T4U NORTE Infraestrutura Ltda. (c)	-	-	-	-	-	48
Ágio na aquisição de investimentos (d)	-	-	-	-	356.897	356.897
Total		<u>66.630</u>	<u>10.549</u>	<u>10.549</u>	<u>423.527</u>	<u>475.562</u>

- (a) A partir da incorporação da PTB, a Companhia passou a investir diretamente nessas empresas, que eram controladas indiretas até a data da incorporação;
- (b) O saldo de investimento em 31 de dezembro de 2015 está zerado pois, conforme mencionado na nota explicativa nº 1, a PTB foi incorporada em 31 de dezembro de 2015;
- (c) Conforme mencionado na nota explicativa nº 1, essas investidas foram incorporadas em 30 de abril de 2016;
- (d) Ágio gerado na aquisição da PTB conforme mencionado na nota explicativa nº1. No consolidado, este valor é apresentado na rubrica do intangível.

6.2. Movimentação dos investimentos da controladora

Saldo inicial em 31/12/2014 (não auditado)	-
Aquisição de investimento (a)	669.987
Ajuste de preço referente a acerto/movimentação de saldos patrimoniais (a)	13.889
Outros custos de aquisição (a)	1.665
Ajustes de equity (a)	(13.549)
Alocação do preço de aquisição (a)	(246.370)
Baixa pela incorporação da Phoenix Tower Brasil S.A (PTB) (b)	(85.804)
Aumento de investimento em controladas (Incorporação PTB) (b)	94.556
Aumento de capital por meio da transferência de ativos e passivos (c)	24.109
Equivalência patrimonial	18.050
Outros	(971)
Saldo final em 31/12/2015 (reapresentado)	475.562
Baixa pela incorporação das controladas indiretas (g)	(87.945)
Equivalência patrimonial	10.549
Aumento de investimento na T4U Brasil (d)	24.819
Aumento de investimento na Torres (f)	877
Perda de investimento - Torres	(160)
Recebimento de dividendos - T4U Brasil (e)	(175)
Saldo final em 31/12/2016	<u>423.527</u>

- (a) Movimentações originadas da aquisição da PTB, conforme mencionado na nota explicativa nº 1.
- (b) Baixa referente à incorporação da PTB (vide nota explicativa nº 1).

- (c) Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia aumentou capital na controlada T4U Brasil Ltda. por meio da transferência de determinados ativos e passivos, conforme laudo preparado pela Partnership Auditores Independentes S/S.
- (d) Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia aumentou capital na controlada T4U Brasil Ltda.
- (e) Conforme ata de reunião societária de 1º de abril de 2016, a Phoenix Tower recebeu de sua controlada T4U Brasil o valor de R\$175 como pagamento de dividendos através da entrega de um site.
- (f) Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia aumentou capital na controlada Torres Brasil.
- (g) Baixa de investimento referente a incorporação das empresas controladas indiretamente, ocorrida em 30 de abril de 2016, conforme nota explicativa nº 1.

6.3. Principais informações sobre as demonstrações financeiras das controladas

As participações em controladas, avaliadas pelo método de equivalência patrimonial, foram apuradas de acordo com o balanço em 31 de dezembro de 2016, e as principais informações sobre as demonstrações financeiras estão assim demonstradas:

	31/12/2016			
	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Lucro líquido do exercício
<u>Controlada direta</u>				
T4U Brasil Ltda. (a)	84.431	18.798	65.633	10.530
Torres do Brasil Ltda. (a)	1.026	29	997	19
<u>31/12/2015 (reapresentado)</u>				
	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Lucro líquido do exercício
<u>Controlada direta</u>				
Phoenix Tower do Brasil S.A.	99.694	13.890	85.804	18.052
<u>Controladas indiretas</u>				
T4U Brasil Ltda. (ii)	128.475	10.294	118.181	19.364
Torres do Brasil Ltda. (ii)	286	10	276	8
T4U SP Infraestrutura Ltda. (i)	22.548	4.129	18.419	5.704
T4U SUL Infraestrutura Ltda. (i)	12.056	4.042	8.014	1.384
T4U RJ Infraestrutura Ltda. (i)	11.110	2.072	9.038	2.699
T4U ND Infraestrutura Ltda. (i)	22.823	7.853	14.970	2.190
T4U SPI Infraestrutura Ltda. (i)	31.854	2.890	28.964	7.637
T4U Norte Infraestrutura Ltda. (i)	13.592	8.803	4.789	997

- (i) Correspondem aos investimentos de participação indireta da Companhia, uma vez que são controladas diretamente pela T4U Brasil.
- (ii) Tais entidades passaram a ser diretamente controladas pela Companhia após a incorporação da PTB, em 31 de dezembro de 2015 (vide nota explicativa nº1).

7. IMOBILIZADO

7.1. Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 os valores da rubrica de imobilizado estão assim apresentados:

Saldo Controladora	Taxa anual de depreciação - %	31/12/2016			31/12/2015 (reapresentado)
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Torres e infraestrutura	4	119.139	(28.313)	90.826	-
Valor justo de torres (a)	6,25	5.845	(578)	5.267	5.662
Móveis e utensílios	10	307	(72)	235	2
Maquinas e Equipamentos	10	62	(24)	38	-
Computadores	20	394	(125)	269	-
Benfeitorias	20	1.122	(335)	787	2
Outros	20	864	(40)	824	-
Custo de desmobilização	4	875	(265)	610	-
Estoque de Estrutura Vertical	-	113	-	113	-
Construção em andamento	-	7.486	-	7.486	-
Total		<u>136.207</u>	<u>(29.752)</u>	<u>106.455</u>	<u>5.666</u>

Saldo Consolidado	Taxa anual de depreciação - %	31/12/2016			31/12/2015 (reapresentado)
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Torres e infraestrutura	4	169.139	(30.788)	138.351	98.226
Valor justo de torres (a)	6,25	5.845	(578)	5.267	5.662
Móveis e utensílios	10	456	(196)	260	134
Maquinas e Equipamentos	10	133	(72)	61	69
Computadores	20	754	(309)	445	138
Benfeitorias	20	1.163	(376)	787	63
Outros	20	1.886	(220)	1.666	1.352
Custo de desmobilização	4	1.249	(272)	977	625
Terrenos	-	401	-	401	-
Estoque de Estrutura Vertical	-	12.644	-	12.644	-
Construção em andamento	-	26.812	-	26.812	7.428
Total		<u>220.482</u>	<u>(32.811)</u>	<u>187.671</u>	<u>113.697</u>

(a) Ativo imobilizado decorrente do valor justo da aquisição das torres da empresa PTB em maio de 2015. O prazo de depreciação foi determinado pela vida útil remanescente das torres avaliadas em 16 anos (vide nota explicativa nº 1).

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seu ativo imobilizado para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Não houve provisão para perda de ativos no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, em função de não ter sido identificado qualquer fator que pudesse indicar a necessidade para referida provisão.

Durante o exercício, a Companhia não efetuou capitalização de juros nem identificou a necessidade de revisar a vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação do ativo imobilizado.

7.2. Movimentação do imobilizado

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2014 (não auditado)	-	-
Adição	22.583	24.383
Mais valia de ativos - aquisição de investimento (i)	5.845	5.845
Adição referente aquisição da Phoenix Tower Brasil S.A.	-	87.285
Baixa	-	(1.218)
Depreciação	(1.471)	(2.598)
Transferência para controlada T4U Brasil (ii)	(21.291)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2015 (reapresentado)	<u>5.666</u>	<u>113.697</u>
Adição	29.108	64.953
Adição de estrutura vertical	112	12.643
Adição – incorporação investidas (iii)	78.286	2.232
Baixa	(241)	(435)
Transferência de imobilizado para controlada	(3.111)	-
Depreciação	(3.365)	(5.419)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	<u><u>106.455</u></u>	<u><u>187.671</u></u>

- (i) Ativo imobilizado decorrente do valor justo da aquisição das torres da empresa PTB em maio de 2015, conforme mencionado na nota explicativa nº 1
- (ii) Transferência de ativos imobilizados para a controlada T4U Brasil, conforme mencionado na nota explicativa nº 6.
- (iii) Ativo imobilizado decorrente da incorporação das empresas com participação indireta da Companhia investidas no mês de abril de 2016.

7.3. Provisão para desmobilização de ativos

Conforme estabelecido nos contratos de locação, a Companhia é responsável pela desmontagem e remoção das torres e infraestrutura instaladas nos terrenos e topos de prédios alugados de terceiros. Assim, a Companhia registra provisão com a sua melhor estimativa dos custos a incorrer na desmontagem desses equipamentos ao término do contrato de locação. Em 31 de dezembro de 2016, o montante registrado pela Companhia e suas controladas é de R\$2.725 na controladora e R\$3.039 no consolidado.

8. INTANGÍVEL

O saldo do ativo intangível em 31 de dezembro de 2016 está demonstrado como segue:

	Vida útil anos	Controladora			Consolidado		
		Custo	Amortização acumulada	31/12/2016 líquido	31/12/2015 (reapresentado) líquido	31/12/2016 líquido	31/12/2015 (reapresentado) líquido
Contratos de clientes (*)	16	240.525	(22.519)	218.006	233.005	218.006	233.009
Ágio na aquisição de investimentos (*)	N/A	-	-	-	-	356.897	356.897
Outros intangíveis	5 a 6	2.066	(342)	1.724	1.790	2.358	2.244
Total		<u>242.591</u>	<u>(22.861)</u>	<u>219.730</u>	<u>234.795</u>	<u>577.261</u>	<u>592.150</u>

(*) Ativo intangível originado na compra da PTB, conforme mencionado na nota explicativa nº 1.

A movimentação do intangível é demonstrada como segue:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2014 (não auditado)	1.364	-
Adições – aquisição PTB	240.341	597.422
Adições – aquisição intangível	815	2.454
Amortizações (i)	<u>(7.725)</u>	<u>(7.726)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2015 (reapresentado)	234.795	592.150
Adições – aquisição intangível	353	544
Baixas	(380)	(380)
Amortizações (i)	<u>(15.038)</u>	<u>(15.053)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2016	<u>219.730</u>	<u>577.261</u>

- (i) Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a Companhia constituiu imposto de renda e contribuição social diferidos ativo sobre a diferença temporária entre a amortização fiscal e a amortização contábil do intangível gerado na aquisição da PTB, registrado na rubrica "Imposto de renda e contribuição social diferidos" no ativo não circulante.

9. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Em 20 de junho de 2016, a Companhia firmou um contrato de empréstimo na modalidade de linha de crédito com a instituição Internacional Financial Corporation ("IFC") no valor total de R\$80.000. O contrato tem por vigência o prazo de 8 anos e taxa de juros de CDI+ 3,5% a.a. A movimentação é demonstrada como segue:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2015	-	-
Captação de empréstimo – 1ª liberação	40.000	40.000
Fee de entrada e estruturação (i)	(1.600)	(2.268)
Fee sobre parcela não desembolsada (ii)	308	308
Fee de Supervisão (iii)	520	520
Captação de empréstimo - 2ª liberação	40.000	40.000
Juros incorridos	3.357	3.357
Pagamento de juros	(1.563)	(1.563)
Pagamento de fee sobre parcela não desembolsada	(252)	(252)
Apropriação fee de entrada e estruturação	<u>100</u>	<u>100</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2016	<u>80.870</u>	<u>80.202</u>
Circulante	12.077	12.004
Não circulante	68.793	68.198

- (i) Fee pago antes do primeiro desembolso. No consolidado, fee pago do empréstimo do BNDES amortizado mensalmente.

- (ii) Fee pago no valor de 1,5% a.a. sobre a parcela não desembolsada.

- (iii) Fee pago anualmente para supervisão dos projetos no montante de US\$ 20 mil.

Empréstimo BNDES

Em 10 de novembro de 2016, a T4U Brasil Ltda., firmou contrato de empréstimo na modalidade de linha de crédito para a construção de novos sites com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) no valor total de R\$42.000, que deverá ser utilizado em um prazo de 8 anos e as liberações ocorrerão conforme o andamento dos projetos. A primeira liberação está prevista para o primeiro trimestre de 2017.

10. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015 (reapresentado)	31/12/2016	31/12/2015 (reapresentado)
Construção de infraestrutura e fornecimento de torres	1.865	405	18.608	5.730
Outros fornecedores	361	-	488	1.101
Total	2.226	405	19.096	6.831

11. ALUGUÉIS A PAGAR

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015 (reapresentado)	31/12/2016	31/12/2015 (reapresentado)
Aluguel de terrenos e topos de edifícios (*)	2.146	213	2.632	2.070

(*) Corresponde aos valores a pagar dos contratos de locação de terrenos e topos de prédios alugados de terceiros, com cláusulas típicas de atualização monetária anual com base em índices de preços (Índice Geral de Preço de Mercado - IGP-M e Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA). Tais contratos são reconhecidos como arrendamentos mercantis operacionais, e os pagamentos mínimos futuros, a valores de 31 de dezembro de 2016, totalizaram R\$181.864 e estão assim distribuídos:

Até um ano	28.206
Mais de um ano e até cinco anos	105.498
Mais de cinco anos	48.160
Total	181.864

O valor das despesas de aluguel no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foi de R\$16.725 na controladora e R\$27.717 no consolidado.

12. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015 (reapresentado)	31/12/2016	31/12/2015 (reapresentado)
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	-	-	2	1.787
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	-	-	1	667
Programa de Integração Social - PIS	183	7	197	-
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	733	39	796	265
Imposto Sobre Serviço de qualquer natureza - ISS	128	99	253	178
Imposto Nacional do Seguro Social - INSS	42	128	146	175
Outras	157	59	377	208
Total	1.243	332	1.772	3.280

13. IMPOSTO RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes

Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício

Os valores de imposto de renda e contribuição social na demonstração do resultado apresentam a seguinte reconciliação em relação aos seus valores com base na alíquota nominal:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	16.654	(655)	22.746	4.392
Alíquota	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	(5.662)	223	(7.734)	(1.493)
Equivalência patrimonial	3.587	6.137	-	
Efeito das empresas tributadas pelo lucro presumido	-	-	(1.287)	(5.047)
Outras diferenças permanentes, líquidas	2.075	(6.360)	2.678	1.493
Imposto de renda e contribuição social	-	-	(6.343)	(5.047)

Em 31 de dezembro de 2016, a T4U Brasil Ltda e a Phoenix Tower Participações, possuem saldo de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social e imposto de renda no valor de R\$19.513 e R\$1.546 respectivamente (sem prazo de prescrição), para o qual não foi constituído o crédito tributário correspondente.

14. PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS E CÍVEIS

A Companhia e suas controladas são partes em processos trabalhistas e cíveis e estão discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, para as quais, quando aplicável, foram efetuados depósitos judiciais. As provisões para eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, com base na opinião dos consultores legais da Companhia. A movimentação da provisão para demandas judiciais relacionadas a processos avaliados como perda provável está assim demonstrada:

	Consolidado			
	Trabalhistas	Cíveis	Total	Depósitos judiciais
Saldos em 31 de dezembro de 2015 (reapresentado)	284	693	977	357
Provisões	47	85	132	25
Reversões	(284)	(693)	(977)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016	47	85	132	382

As demandas judiciais classificadas como perda provável envolvem principalmente os seguintes processos:

Trabalhistas

A provisão de R\$47 está relacionada a dois processos trabalhistas movidos por ex-funcionários cujos pedidos estão relacionados com pagamentos de verbas rescisórias, tais como adicionais salariais e horas extras. Essa provisão é revisada periodicamente com base na evolução dos processos e no histórico de perdas das reclamações trabalhistas para refletir a melhor estimativa corrente.

Cíveis

Correspondem principalmente a multas administrativas emitidas por órgãos públicos municipais em virtude de ausência de licenças para instalação das torres em terrenos e topos de prédios alugados de terceiros.

Os processos na esfera cível avaliados como perda possível totalizam R\$72 em 31 de dezembro de 2016.

Tributários

Os processos de natureza tributária na esfera municipal avaliados como perda possível totalizam R\$1.488 em 31 de dezembro de 2016.

15. RECEITA DIFERIDA

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>	
	31/12/2016	31/12/2016	31/12/2015 (reapresentado)
Linearização de receita	5.021	6.304	4.261

Os montantes registrados na rubrica de receita diferida representam os efeitos das receitas de aluguéis reconhecidas de forma linear de acordo com o prazo dos contratos.

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

16.1. Capital social

Em 31 de dezembro de 2016, o capital social subscrito e integralizado está representado por 694.784.136 (686.250.795 em 2015) ações ordinárias, sem valor nominal, detidas 100% pela Brazilian Towers - Fundo de Investimento em Participações.

16.2. Aumento de capital

A Companhia deliberou em 5 de junho de 2015, em Assembleia Geral Extraordinária, pelo aumento do capital social em R\$686.250, passando de R\$1 para R\$686.251, mediante emissão de 686.249.786 ações ordinárias, sem valor nominal.

A Companhia deliberou em 7 de janeiro de 2016, em Assembleia Geral Extraordinária, pelo aumento do capital social em R\$8.533, passando de R\$686.251 para R\$694.784, mediante emissão de 8.533.341 ações ordinárias, sem valor nominal.

16.3. Distribuição de dividendos

Conforme Estatuto Social da Companhia, os acionistas terão direito a um dividendo obrigatório correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado pela destinação de 5% desse lucro para a constituição de reserva legal. Em 31 de dezembro de 2016, o montante de dividendos obrigatórios foi de R\$4.290 e os dividendos distribuídos referente a reserva de lucros foi de R\$1.727. A movimentação dos saldos de dividendos a pagar está demonstrada a seguir:

	<u>Controladora e Consolidado</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2014 (não auditado)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	454
Saldo em 31 de dezembro de 2015 (reapresentado)	454
Pagamento de dividendos de 2015	(454)
Dividendos mínimos obrigatórios	4.290
Distribuição de dividendos	1.727
Pagamento de dividendos distribuídos no ano	(1.345)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	<u>4.672</u>

17. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Receitas de locação de torres e infraestrutura	69.295	2.308	111.018	46.904
Receitas de locação de torres e infraestrutura – carência	399	-	1.395	
Impostos sobre receitas de locação	(6.163)	(141)	(9.786)	(2.608)
Receita diferida – linearização dos alugueis	(195)	-	(2.043)	(1.916)
Receita operacional líquida	<u>63.336</u>	<u>2.167</u>	<u>100.584</u>	<u>42.380</u>

18. CUSTO E DESPESAS POR NATUREZA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Aluguel de imóveis de terceiros	16.725	1.565	27.717	12.828
Manutenção e reparos	957	55	1.587	783
Depreciação e amortização	18.403	9.196	21.789	10.323
Salários e encargos sociais	10.411	82	13.978	3.524
Aluguel e condomínio	230	-	540	-
Telecom/TI	174	-	549	-
Viagens	306	-	786	-
Despesas Legais	1.424	-	1.472	-
PDD	4.246	-	4.246	-
Serviços prestados por terceiros	1.856	2.007	2.363	2.382
Outros custos	1.062	615	1.026	640
Total	<u>55.794</u>	<u>13.520</u>	<u>76.053</u>	<u>30.480</u>
Custo das locações	20.458	10.022	33.979	23.498
Gerais e administrativas	35.336	3.498	42.074	6.982
Total	<u>55.794</u>	<u>13.520</u>	<u>76.053</u>	<u>30.480</u>

19. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15
Juros sobre empréstimos	4.838	818	4.838	818
Varição cambial passiva	1.955	5.281	1.955	5.281
Despesas bancárias	680	29	981	114
Outras despesas financeiras	4.476	290	4.289	432
Total das despesas financeiras	<u>11.949</u>	<u>6.418</u>	<u>12.063</u>	<u>6.645</u>
Receitas de aplicações financeiras	5.536	-	5.580	391
Varição cambial ativa	5.282		5.282	
Outras receitas financeiras	547	1	551	22
Total das receitas financeiras	<u>11.365</u>	<u>1</u>	<u>11.413</u>	<u>413</u>

20. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os saldos relativos às operações com partes relacionadas referem-se a empréstimos a título de mútuo entre as empresas do grupo e estão apresentados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/16	31/12/15 (reapresentado)	31/12/16	31/12/15 (reapresentado)
Ativo não circulante-				
Mútuo – controladas	-	120	-	-
Passivo não circulante:				
T4U Brasil Ltda. (i)	-	199	-	-
T4U SP Infraestrutura Ltda. (i)	-	6.631	-	-
T4U SPI Infraestrutura Ltda. (i)	-	7.396	-	-
T4U SUL Infraestrutura Ltda. (i)	-	1.147	-	-
T4U RJ Infraestrutura Ltda. (i)	-	1.973	-	-
T4U ND Infraestrutura Ltda. (i)	-	48	-	-
T4U Norte Infraestrutura Ltda. (i)	-	329	-	-
PTI Brazil HoldCo, LLC (ii)	-	17.617	-	17.617
	-	35.340	-	17.617

- (i) Representam mútuos com controladas, os quais não sofrem incidência de juros nem correção monetária e não há prazo para pagamento estabelecido.
- (ii) Representa contrato de mútuo com acionista controlador, com incidência de juros de 6% a.a., sem prazo para pagamento estabelecido entre as partes.

O pessoal-chave da Administração é composto pela diretoria executiva da Companhia. A remuneração desses profissionais está apresentada a seguir:

	31/12/2016	31/12/2015
Benefícios de curto prazo - salários	2.876	645
Remuneração Variável – bônus	2.115	-
Encargos sociais	740	176
Outros benefícios indiretos (*)	303	80
Total	6.034	901

- (*) Estão representados substancialmente por reembolso de despesas de locomoção, aluguel, passagens aéreas e hospedagem. A Companhia não concede outros benefícios de curto prazo a esses profissionais.

21. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

21.1. Fatores de risco

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: de mercado (incluindo risco cambial e de taxa de juros), de crédito e de liquidez, conforme a seguir detalhado. O gerenciamento desses riscos é realizado por meio de definição de estratégias conservadoras, visando à rentabilidade, liquidez e segurança, de acordo com políticas aprovadas pela Administração da Companhia.

A seguir, os detalhes da exposição da Companhia aos riscos mencionados:

a) Riscos de mercado

(i) Risco cambial

Refere-se ao risco de variação do valor justo dos fluxos de caixa futuros de instrumentos financeiros devido à variação nas taxas de câmbio. A exposição da Companhia ao risco de variação nas taxas de câmbio é aplicável principalmente ao empréstimo com partes relacionadas firmado em dólares norte-americanos (vide detalhes na nota explicativa nº 20).

A Companhia tem gerado fluxo de caixa em montante suficiente para fazer frente aos pagamentos de principal e juros nas datas dos balanços.

(ii) Risco de fluxo de caixa ou valor justo associado ao risco de taxas de juros

Refere-se ao risco de variação do valor justo dos fluxos de caixa futuros de instrumentos financeiros devido à variação nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia ao risco de variação nas taxas de juros de mercado é aplicável principalmente às aplicações financeiras incluídas em caixa e equivalentes de caixa, remuneradas com base na variação do CDI, o que pode afetar o resultado e os fluxos de caixa da Companhia.

b) Risco de crédito

Refere-se ao risco de a contraparte não honrar suas obrigações relativas a um instrumento financeiro ou contrato com cliente, gerando uma perda financeira. A Companhia está exposta principalmente a risco de crédito referente ao caixa e equivalentes de caixa e às contas a receber de clientes. O risco de crédito é minimizado por meio das seguintes políticas:

(i) Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia adota métodos que restringem os valores que possam ser alocados a uma única instituição financeira e leva em consideração limites monetários e classificações de crédito das instituições financeiras com as quais opera, que são periodicamente atualizadas.

(ii) Contas a receber de clientes

O risco de crédito é minimizado, pois os contratos de locação foram celebrados com clientes de primeira linha, principalmente grandes operadoras de telecomunicações com baixo histórico de atrasos.

c) Risco de liquidez

Surge da possibilidade de a Companhia não cumprir as obrigações contratadas nas datas previstas e de necessidades de caixa devido às restrições de liquidez de mercado. O excesso de caixa é gerenciado pela Tesouraria da Companhia, que o investe em aplicações financeiras com incidência de juros, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões de fluxo de caixa.

21.2. Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são salvaguardar sua capacidade de continuidade para oferecer retorno a seus acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir os custos associados a essa geração de resultados e benefícios.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de distribuição de lucros, devolver capital aos acionistas ou, ainda, reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

21.3. Valor justo

A seguir uma comparação por classe do valor contábil e do valor justo dos principais instrumentos financeiros da Companhia apresentados nas demonstrações financeiras:

	Consolidado	
	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros:		
Caixa e equivalentes de caixa	41.147	41.147
Contas a receber de clientes	12.651	12.651
Depósitos judiciais	<u>382</u>	<u>382</u>
Total	<u>54.180</u>	<u>54.180</u>
Passivos financeiros:		
Empréstimos	80.202	80.202
Fornecedores	19.096	19.096
Aluguéis a pagar	<u>2.632</u>	<u>2.632</u>
Total	<u>101.930</u>	<u>101.930</u>

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é a quantia pela qual o instrumento poderá ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar e não em uma venda ou liquidação forçada. Os seguintes métodos e premissas foram utilizados para estimar o valor justo:

- Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e contas a pagar a fornecedores aproximam-se do respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento de curto prazo desses instrumentos.
- O valor justo de empréstimos e financiamentos é estimado por meio dos fluxos de caixa futuros descontados, utilizando taxas atualmente disponíveis para dívidas ou prazos semelhantes e remanescentes.

21.4. Estimativa do valor justo

O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível à Companhia para instrumentos financeiros similares.

A Companhia aplica o pronunciamento técnico CPC 40 Instrumentos financeiros: Evidenciação/IFRS 7 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo conforme nível da hierarquia de mensuração pelo valor justo. O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis a partir de um distribuidor, bolsa, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação ou agência reguladora e se aqueles preços representarem transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em bases puramente comerciais.

As estimativas de valor justo para as aplicações financeiras e os instrumentos financeiros derivativos estão incluídas no nível 2, que consideram preços cotados em mercados ativos para instrumentos similares, preços cotados para instrumentos idênticos ou similares e mercados não ativos e modelos de avaliação para os quais "inputs" são observáveis.

22. CONTRATOS DE ARRENDAMENTO MERCANTIL OPERACIONAL

A Companhia e suas controladas celebraram contratos de locação de torres de telecomunicações e infraestrutura com vários clientes, reconhecidos como operações de arrendamento mercantil operacional. Tais contratos possuem vários vencimentos e contemplam cláusula de atualização monetária anual dos valores dos aluguéis, com base em índices de preços (IGP-M e IPCA).

Os recebimentos mínimos futuros desses contratos de locação, a valores de 31 de dezembro de 2016, são os seguintes:

Até um ano	118.614
Mais de um ano e até cinco anos	452.202
Mais de cinco anos	<u>321.215</u>
Total	<u>892.031</u>

23. SEGUROS

As coberturas de seguro foram contratadas para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia possuía as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

<u>Tipo de risco</u>	<u>Cobertura</u>
Responsabilidade civil	40.000
Riscos diversos (incêndio, vendaval, danos elétricos) de torres e infraestrutura	113.684

24. TRANSAÇÕES QUE NÃO ENVOLVEM CAIXA

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Companhia e suas controladas realizaram operações, que não envolveram caixa, relacionadas à/ao:

- Aquisição de Estoque de estrutura vertical para construção de infraestrutura, no montante de R\$112, aumentando os saldos registrados nas rubricas "Ativo Imobilizado" e "Fornecedores".
- Recebimento de dividendos da empresa T4U Brasil, por meio da cessão de uma torre metálica no valor de R\$ 175;
- Incorporação das controladas indiretas, conforme mencionado na nota explicativa nº1.

25. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da Companhia foram aprovadas pela Diretoria em 6 de março de 2017.